

III Congresso Nacional da Distribuição Farmacêutica

8 de outubro de 2025 | Lagoas Park, Oeiras

Discurso Sessão de Abertura, Presidente da Direção da ADIFA, Nuno Flora

Ex.ma Senhora Ministra da Saúde, **Professora Doutora Ana Paula Martins**,

Ex.mo Senhor Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, **Professor Doutor Helder Mota Filipe**,

Senhora Deputada **Joana Cordeiro** e senhores Representantes dos Partidos Políticos,

Distintos Convidados, senhores representantes das entidades e instituições do Ministério da Saúde, do Ensino Farmacêutico e demais instituições públicas.

Senhores representantes das Ordens Profissionais, senhoras e senhores Presidentes e representantes das Confederações Patronais, das Associações Setoriais, da Federação Internacional Farmacêutica, das Associações de Pessoas que Vivem Com Doença, dos Jovens Farmacêuticos, dos Estudantes, e demais Parceiros da ADIFA.

Ilustres Oradores, Participantes e Parceiros do Congresso,

Caras e caros colegas, dirigentes e colaboradores das empresas associadas da ADIFA,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Agradeço a vossa presença e sejam muito bem-vindos ao III Congresso Nacional da Distribuição Farmacêutica!

Permitam-me começar este Congresso de forma diferente e com uma homenagem a uma pessoa que dedicou a sua vida à Distribuição Farmacêutica e que muito recentemente nos deixou.

Refiro-me ao Dr. Mário Lopes Cajada.

Sócio-gerente da Botelho & Rodrigues, empresa de distribuição farmacêutica, e também membro e fundador da ADIFA, o Dr. Mário Lopes Cajada representará sempre a visão empreendedora do nosso setor e uma fonte de inspiração para quem com ele privou, quer em âmbito profissional, quer associativo.

E porque queremos reconhecer o seu legado e a memória da sua vida, prestamos-lhe um sentido reconhecimento neste Congresso.

Expressamos uma vez mais as nossas sinceras condolências à sua família, amigos e a todos aqueles que, como já acentuei, tiveram o privilégio de partilhar momentos com a sua presença.

Que todos encontrem conforto nas boas lembranças e na força da união.

Gostaria, por isso, de chamar a Dra. Maria Helena Cajada para, em nome de todos, reconhecermos a personalidade ímpar do Dr. Mário Lopes Cajada e agradecer todos os anos de dedicação ao setor da Distribuição Farmacêutica.

Solicitava também a participação da Ex.ma Senhora Ministra da Saúde neste ato.

Agradeço a todos novamente pela vossa presença.

Este é, antes de mais, um momento de hospitalidade e de serviço, características fundacionais da Distribuição Farmacêutica e da ADIFA.

Recebemos-vos a todos na nossa casa e com a porta aberta ao diálogo, porque a distribuição farmacêutica de serviço completo só faz sentido como ponte: entre a indústria e as farmácias, entre a política pública e a execução diária, entre o direito à saúde e a sua concretização à escala de cada cidadão.

Quero começar pelo essencial: **o País pode continuar a contar connosco.**

Todos os dias, várias vezes ao dia, cumprimos um serviço de interesse público que assegura o fornecimento de medicamentos em todo o território, com qualidade e rastreabilidade.

É este compromisso que explica termos uma rede com presença nacional, com dois mil profissionais ao seu serviço, em 26 plataformas logísticas e utilização de centenas de viaturas que garantem tempos médios de entrega únicos a nível europeu – um esforço que promove a coesão territorial e reduz disparidades de acesso à saúde e ao medicamento.

Estes números não são retórica: traduzem uma infraestrutura que suporta a entrega anual de 360 milhões de embalagens de medicamentos e outros produtos de saúde, com processos auditados e responsabilidade técnica reconhecida.

Mas o que nos traz aqui hoje não é o autoelogio; mas essencialmente **a urgência de alinhar políticas públicas com a realidade do terreno.**

Desde a última vez que estivemos juntos, há sensivelmente dois anos, no nosso último Congresso, a ADIFA intensificou a sua intervenção institucional junto do Governo, do Parlamento, das instâncias europeias, das autoridades de saúde nacionais e dos parceiros para colocar na agenda quatro pilares de reforço estrutural do sistema:

1. **Atualização automática e anual de preços** – uma medida de bom-senso que indexe os preços dos medicamentos a indicadores como a inflação, garantindo sustentabilidade ao setor e a competitividade e atratividade do mercado nacional.

Sem isto, o risco é claro: pressão financeira acumulada, erosão da capacidade operacional e, no limite, impacto no abastecimento. Propusemos este mecanismo junto do Governo e em audiências com os grupos parlamentares e temo-lo reiterado publicamente ao longo de 2025.

2. **Sistema integrado de alerta prévio e monitorização da escassez** – que permita antecipar ruturas, harmonizar informação e envolva todos os agentes do circuito do medicamento, do regulador aos operadores.

Defendemo-lo na Comissão Parlamentar de Saúde e continuamos disponíveis para o desenhar tecnicamente com a tutela e o INFARMED. É tempo de passar do episódico para o preditivo.

3. **Dispensa em proximidade de medicamentos hospitalares** – um novo regime com potencial para beneficiar até 200 mil utentes, cuja

implementação começou a ganhar corpo, em novembro do ano passado, com o primeiro abastecimento feito através da distribuição farmacêutica de serviço completo.

É um exemplo de política pública que aproxima a terapêutica das pessoas, liberta capacidade hospitalar e melhora a gestão da terapêutica, mas que precisa de escala, avaliação e estabilidade operacional.

E numa aproximação que concretize também a tão adiada transição de muitos medicamentos hospitalares para o ambulatório, em muitos casos com poupança para o SNS.

4. **Diferenciação legal da distribuição farmacêutica de serviço completo** – reconhecer na lei quem, todos os dias, está no terreno a garantir abastecimento universal.

Esta clarificação, praticada noutros países europeus, trará prioridade de abastecimento em cenários críticos e maior eficiência do circuito do medicamento.

Permitam-me três notas particulares para quem hoje nos honra com a sua presença.

À Senhora Ministra da Saúde, a quem agradeço novamente pela disponibilidade em estar connosco e pelo cuidado que tem colocado na análise dos temas da distribuição farmacêutica e do medicamento.

Temos pela frente uma oportunidade de alinhar visão e execução.

O Ministério da Saúde tem defendido – e bem – a necessidade de resiliência no abastecimento de medicamentos no nosso país.

Mas a resiliência não se proclama, constrói-se.

Senhora Ministra, esperamos do Ministério da Saúde:

1. Compromisso com preços justos que preservem o acesso e a sustentabilidade económica e financeira da distribuição farmacêutica;

2. Compromisso com previsão e transparência na gestão da escassez de medicamentos;
3. Compromisso com proximidade que humanize a terapêutica; e
4. Compromisso com o reconhecimento legal de quem assegura, todos os dias, a continuidade do serviço.

Ao Senhor Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, cuja presença renovada no nosso Congresso, para mais em dia de aniversário, muito nos honra, recordando também a sua contribuição e liderança na criação da Especialidade em Distribuição Farmacêutica.

A qualidade do circuito começa e termina no profissionalismo farmacêutico.

A nossa operação depende de diretores técnicos qualificados, do rigoroso cumprimento de boas práticas e da gestão de sistemas de qualidade que a Ordem conhece e também supervisiona.

Queremos, por isso, aprofundar uma agenda comum de qualidade: **formação contínua orientada para novas competências** logísticas e digitais, partilha de dados em saúde e projetos conjuntos de melhoria de práticas em cadeia de frio e serialização.

O resultado é direto: mais segurança clínica e mais confiança do cidadão.

Às Senhoras e Senhores Deputados e decisores públicos aqui presentes:

Têm-nos ouvido.

Agradecemos a disponibilidade, mas pedimos consequência legislativa e regulatória.

Entre a intenção e a realidade, o que falta é modelo: modelo de preços justos, de ajuste do posicionamento e diferenciação da atividade de distribuição farmacêutica no nosso país.

A que acresce um debate informado sobre o **reconhecimento, já consagrado em legislação, da distribuição farmacêutica como infraestrutura crítica**, incorporando-a nos planos de proteção nacional.

Este trabalho tem, naturalmente, também eco no plano europeu.

Em Bruxelas, temos levado a voz portuguesa a um debate que é, cada vez mais, de segurança do acesso em toda a União Europeia.

Temos defendido uma **distribuição farmacêutica mais colaborativa e robusta**, sublinhando três mensagens-chave:

1. Coerência regulatória entre Estados-Membros;
2. Políticas de preço que evitem assimetrias que alimentam escassez; e
3. Um verdadeiro sistema europeu de previsão de ruturas.

Gostaria também de sublinhar a **agenda climática**.

Os nossos associados assumiram o compromisso de neutralidade carbónica até 2040, com investimento em mobilidade, energias verdes, desmaterialização e digitalização.

Esta transição precisa de políticas públicas habilitadoras – apoios à descarbonização logística e incentivos à modernização tecnológica – porque a sustentabilidade ambiental é, hoje, parte da sustentabilidade do acesso.

Termino como comecei: com uma mensagem de hospitalidade que é, também, um pedido de exigência.

Encarem a Distribuição Farmacêutica com **responsabilidade partilhada**.

Somos a parte da cadeia que não pode falhar – e que não falha.

Mas não podemos ser a parte que, ano após ano, absorve sozinha os choques dos custos, da escassez e da complexidade regulatória.

Um sistema de saúde maduro reconhece onde está o valor público e ajusta a política para o proteger.

Em nome da ADIFA, obrigado pela sua presença, Senhora Ministra, obrigado, Senhor Bastonário.

Obrigado a todas e a todos pela vossa participação.

Sejam de novo muito bem-vindos e bom trabalho a todos.

Muito obrigado.